

**NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL NA RFEPCT: EVIDÊNCIAS
QUANTITATIVAS SOBRE EVASÃO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS***NEOLIBERALISM AND SOCIAL INEQUALITY IN THE RFEPCT: QUANTITATIVE
EVIDENCE ON DROPOUT IN ON-SITE UNDERGRADUATE COURSES*¹Luan Matheus Moreira*²Carina Elisabeth Maciel¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) – Campus Aquidauana.
E-mail: luan.moreira@ifms.edu.br.

ORCID: 0000-0002-7525-7412.

²Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus Campo Grande.E-mail: carina.maciel@ufms.br.

ORCID: 0000-0003-3765-3139.

*Autor de correspondência

Artigo submetido em 18/04/2024, aceito em 17/09/2025 e publicado em 07/10/2025.

Resumo: A lógica neoliberal promove a mercantilização das relações sociais. Assim, emerge a importância da investigação dos transbordamentos desta ideologia no campo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), visando-se a produção de evidências que podem corroborar no desenho de políticas públicas voltadas à transformação social. O objetivo desta pesquisa foi analisar a associação entre desempenho escolar e características socioeconômicas de estudantes dos cursos de graduação presenciais da RFEPCT. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de caráter documental e estatístico, com análise de dados secundários da Plataforma Nilo Peçanha referentes aos anos de 2019 e 2020, utilizando estatísticas descritivas e testes de qui-quadrado para identificar associações entre evasão escolar, renda familiar per capita, raça/cor e sexo. Os resultados não apontaram reprodução das desigualdades sociais, estatisticamente significativa, quando analisadas as associações entre evasão escolar e renda familiar per capita ou raça/cor nos cursos de graduação presenciais da RFEPCT. Em contrapartida, existem evidências, estatisticamente significantes, de superação da reprodução de desigualdade social na associação entre evasão escolar e sexo.

Palavras-chave: Institutos Federais; evasão; desigualdade social.

Abstract: Neoliberal logic promotes the commodification of social relations. Thus, the importance emerges of investigating the spillovers of this ideology within the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education (RFEPCT), aiming to produce evidence that may support the design of public policies geared toward social transformation. The objective of this study was to analyze the association between academic performance and the socioeconomic characteristics of students enrolled in on-site undergraduate courses within the RFEPCT. This is a quantitative study, with a documentary and statistical approach, based on secondary data from the Nilo Peçanha Platform for the years 2019 and 2020, using descriptive

statistics and chi-square tests to identify associations between school dropout, per capita family income, race/color, and gender. The results did not indicate a statistically significant reproduction of social inequalities when analyzing the associations between school dropout and either per capita family income or race/color in the on-site undergraduate courses of the RFEPCT. In contrast, there is statistically significant evidence of overcoming the reproduction of social inequality in the association between school dropout and gender.

Keywords: Federal Institutes; dropout; social inequality.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1990, logo após as conquistas de 1988 – que culminaram na nova constituição brasileira –, um movimento de contrarreforma do Estado emerge em contraposição à política social. Behring e Boschetti (2016, p. 149) esclarecem que

Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica [...].

Sendo assim, diferentemente do viés reformista de outrora voltado à melhoria das condições sociais dos trabalhadores, as reformas a partir dos anos 90 tiveram um caráter denominado como neoliberal.

Harvey (2008, p. 89-91) descreve contradições específicas do intitulado “Estado neoliberal”, que está em conformidade com as políticas engendradas pelos governos brasileiros desde 1990, conforme a seguir.

- I. Expectativa de que o Estado tenha um poder secundário, apenas dando suporte às funções do mercado. Por um lado, criando um ambiente de negócios favorável e, por outro, atuando como entidade competitiva na política internacional. Assim, um antagonismo entre a política interna e externa.
- II. Os ideais de liberdades individuais entram em oposição com o autoritarismo na prática da economia de mercado, pois existe uma assimetria de poder entre corporações e as pessoas.
- III. A necessidade de preservar a integridade do sistema financeiro não está de acordo com a ganância dos agentes financeiros que produzem volatilidade especulativa, escândalos financeiros e instabilidade crônica.
- IV. No discurso existe uma defesa da competição, enquanto na prática observa-se uma crescente consolidação de oligopólios transnacionais.
- V. A defesa das liberdades econômicas pode sair de controle ao mercadificar todas as relações sociais e produzir desigualdades.

No Estado neoliberal, existe uma utopia na concepção do mercado autorregulador originada da teoria econômica convertida em projeto político, embora seja apresentada como descrição científica do real. A visão idealizada do mercado é construída a partir da lógica dedutiva associada à teoria neoclássica, por meio de modelos matemáticos que raramente são colocados à prova e que desdenham as ciências históricas. Ao partir de pressupostos falsos, reduzem a racionalidade à concepção estreita da racionalidade individual, ignorando as condições sociais que produzem a disposição individual. Essa teoria, embora falha, é assumida como verdadeira por se vincular a interesses e decisões de acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou social-democratas convertidos e altos funcionários das finanças (Bourdieu, 1998, p. 135-138).

Os modelos econômicos e políticos neoliberais baseiam-se em cenários de mundo teoricamente perfeitos, assumindo-se que os agentes são racionais, têm plena liberdade de escolha, recebem toda a informação disponível para tomar decisões e que as instituições se adaptam e respondem às necessidades e preferências dos consumidores. Por outro lado, devido

a constrangimentos de mercado e dinâmicas políticas, a teoria neoliberal não se evidencia na realidade social (Kandiko, 2010; Bourdieu, 2021).

A legitimação do Estado neoliberal passa por uma narrativa ideológica gerencialista, onde a política econômica e as relações de produção são tratadas como apenas problemas de caráter técnico e tecnológico, respectivamente. Logo, é exaltado o discurso de modernização dos países “subdesenvolvidos” em convergência aos valores do “Norte democrático”, visando-se o consumo de massa a partir de uma nova integração global entre os países, culminando na ausência de autodeterminação econômica dos países “subdesenvolvidos” (Mészáros, 2004).

O neoliberalismo busca integrar à sua lógica de mercado todos os povos, instituições e culturas, onde a educação compreende uma parte importante desse sistema e um dos campos nos quais os formuladores de políticas estão dispostos a implementar mudanças (McLaren; Farahmandpur, 2001). As políticas econômicas neoliberais para educação superior são caracterizadas pelo crescimento da influência capitalista e corporativa (Apple, 2000; Chomsky, 1998; Rhoads, 2003).

Pongratz (2006) enfatiza que os sistemas de concorrência e de ranqueamento na educação estruturam um processo de controle governamental pelo autocontrole individual voluntário, onde o sucesso ou fracasso é tomado apenas como uma responsabilidade pessoal. Com isso, as instituições de ensino são orientadas pelas demandas do mercado, caracterizando a educação como uma mercadoria.

No final do século passado, o Banco Mundial (World Bank, 1999) propôs uma série de recomendações com foco na ampliação da educação superior a partir do financiamento público de instituições privadas, como uma estratégia para a busca da equidade no acesso, assim como o desenho de reformas na educação superior visando-se a diversificação de fontes de renda por meio da ampliação da autonomia na administração dos recursos. No Brasil, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – amplamente fomentados e expandidos nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) – são exemplos de financiamento público destinados a instituições privadas.

Além do repasse de recursos públicos para oferta de educação por instituições privadas, bem como o recebimento de recursos privados por organizações públicas, as recomendações do Banco Mundial visavam consolidar a esfera pública não-estatal. Ou seja, a captura de bens públicos que não tenham sido incorporados na lógica capitalista ou que, por sua deficiência, se articulam de forma precária com o mercado. Logo, não há necessidade em criar mecanismos de mercado, mas sim, enraizar as forças do mercado para que espaços não-mercantis funcionem como se fossem mercados (Puella-Socarrás, 2011).

No Quadro 1 apresenta-se as diferenças entre o “velho” e o “novo” neoliberalismo, dado o seu dinamismo e hegemonia (Puella-Socarrás, 2013).

Quadro 1 – Velho e Novo neoliberalismos

	“Velho” neoliberalismo	“Novo” neoliberalismo
Estado [presença enquanto aparelho]	Desregulamentação. Intervenção estatal ou planejamento estatal centralizado impossível. O estado de inação.	Regulação. A intervenção do Estado não é permitida senão como regulamentação [‘ação oportunista’ e momentânea]. Planejamento centralizado impossível. O estado da reação.
Mercado [desempenho]	Liberalização com extrema liberdade dos mercados. O Mercado como produto das “falhas” do Estado/Governo.	Liberalização com liberdade dos mercados. Regulações estatais baseadas no Mercado (e suas “falhas”).

Sociedade [(des)equilíbrios sociais e extraeconômicos]	Espontânea e autorregulada pelos mercados	Induzido via quase- mercados, regulados pelo Estado.
Raízes Ideológicas [pensamento neoclássico]	Ortodoxa. Escolas anglo- americanas como referências chave "Fundamentalismo de mercado": perspectiva ultraneoliberal (<i>laissez- faire</i>).	Heterodoxa. Austríacos, Ordoliberalis (alemães) e Economia Social de Mercado (ESM) como referências chave "O mercado é fundamental": perspectiva <i>antilaissez-faire</i> pró-neoliberal

Fonte: tradução livre de Puello-Socarrás (2013).

Desde os anos 1980-1990, pode-se observar um aumento das desigualdades socioeconômicas em diversos países no mundo. Na Figura 1 apresenta-se a variação dos 10% das rendas mais altas na renda nacional total ao longo do tempo.

Os 10% mais ricos no Brasil detêm 56% da renda total nacional e, em média, possuem uma renda 20 vezes superior aos 50% mais pobres.

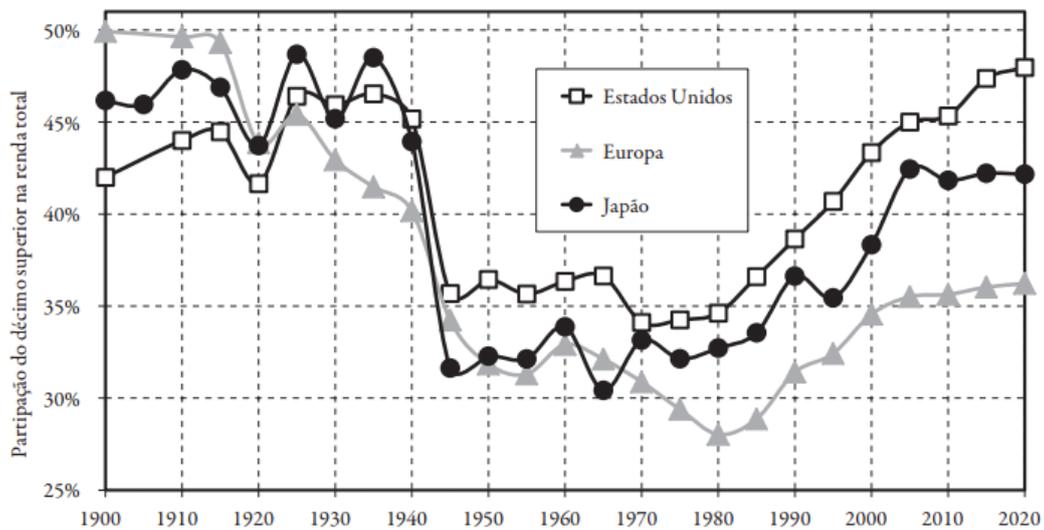
No Brasil, também são conhecidas as desigualdades de rendimentos no mercado de trabalho, onde o nível educacional é um preditor deste processo; e as desigualdades de renda por cor e gênero ainda são persistentes. Também se sabe que a democracia (i. e., como direitos políticos e sociais) não é uma condição suficiente para redução das desigualdades, dado que em democracias avançadas as desigualdades aumentam. Portanto, a democracia gera efeitos positivos em relação às desigualdades apenas até um certo nível de condições mínimas de subsistência (vide países desenvolvidos), após isso, a desigualdade parece persistir. Entendendo-se que a educação é insuficiente para minimizar desigualdades, emerge-se a importância do desenho da política pública voltada à minimização das desigualdades (Arretche, 2015).

Tendo em vista o impacto que o neoliberalismo provoca no *campo* da educação superior e, conseqüentemente, na desigualdade social presente nesta estrutura, emerge a necessidade de se explorar como esse processo se dá em cada instituição e/ou rede educacional.

Esta pesquisa se origina a partir da compreensão de que a Educação Superior, considerada como um *campo* (Bourdieu, 2021), está submetida às forças externas da lógica neoliberal. Como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) é resultante de uma política pública de Estado (Brasil, 2008), enfatiza-se a necessidade de se investigar este processo neste *subcampo* da Educação Superior (que tem interseções com a Educação Básica) visando-se subsidiar o *campo de lutas* na oposição frente à educação tratada como mercadoria.

Para Bourdieu (2021), o mundo social é espaço de forças que podem não se exercer ou que vão se exercer quando uma coisa vai entrar nele; essa coisa vai sofrer a força e sua capacidade de resistência a essa força é proporcional a seu capital, ou seja, a seu *habitus*, a seu capital incorporado e a seu capital objetivado.

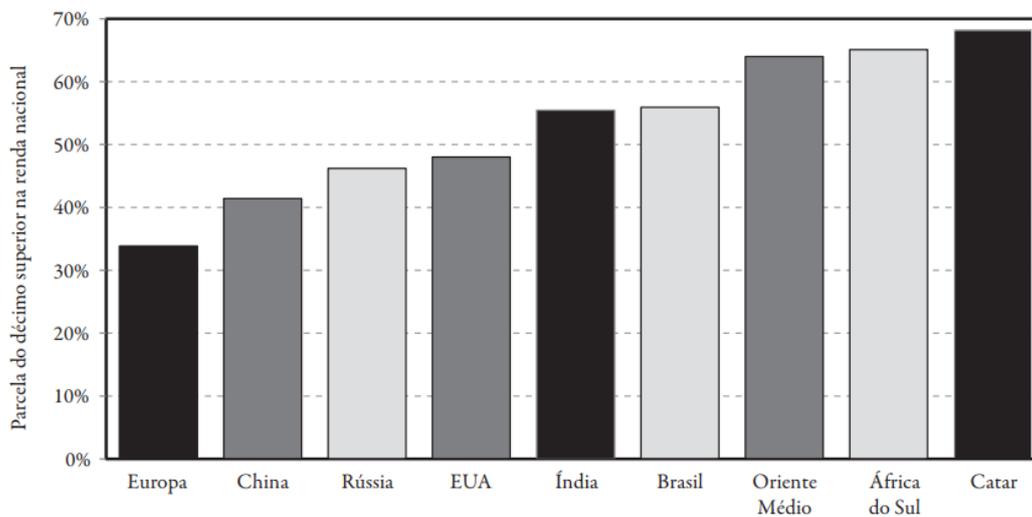
Figura 1 – As desigualdades de 1900 a 2020: Europa, Estados Unidos e Japão



Fonte: Piketty (2020, p. 40).

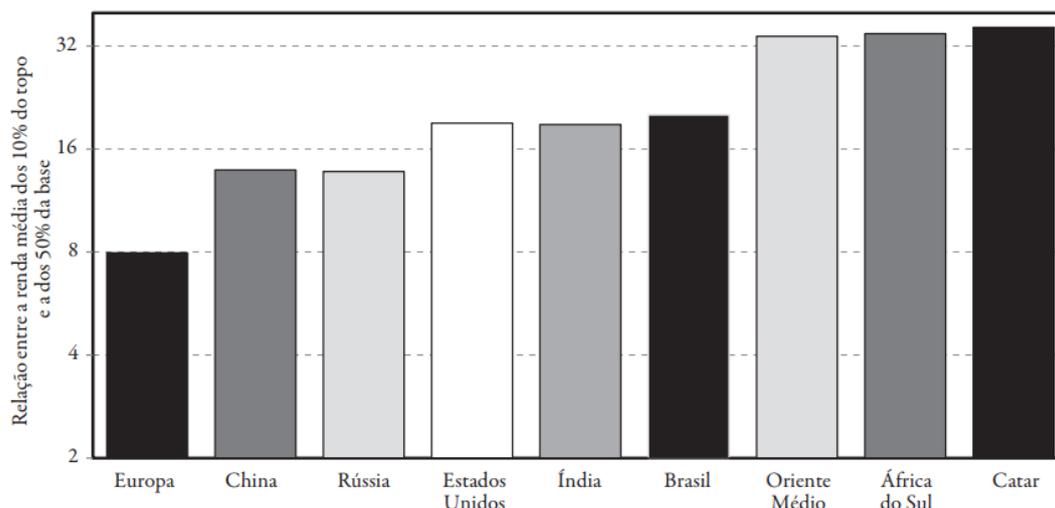
O Brasil se apresenta como um dos países com maior desigualdade socioeconômica do mundo. Nas Figuras 2 e 3, para 2018, mostra-se a participação dos 10% mais ricos na renda nacional e a relação das rendas médias entre os 10% mais ricos e 50% mais pobres.

Figura 2 – Os regimes desigualitários no mundo em 2018



Fonte: Piketty (2020, p. 568).

Figura 3 – A desigualdade entre os 10% do topo e os 50% da base em 2018



Fonte: Piketty (2020, p. 574).

Esse *campo de forças* (i. e., regras do jogo) que se exercem sobre agentes que compõem o espaço social condicionam as estruturas mentais (i. e., *habitus*) dos mesmos a partir da imposição de um arbítrio cultural visando-se conservar as relações de poder presentes neste *campo*. No espaço social das instituições de ensino, o “êxito” está associado ao desempenho escolar ou, em outras palavras, à justaposição entre a distribuição dos *capitais* que os agentes possuem e as regras do jogo escolar.

Conforme Bourdieu (2021, p. 99),

A excelência sanciona um encontro tão perfeito entre as estruturas incorporadas e as estruturas objetivadas que o agente social se encontra incessantemente ajustado a seu universo sem jamais precisar buscar fazer isso, sem jamais fracassar nem dar a aparência de se forçar para corrigir, se recuperar ou se levantar depois de um escorregão.

Em todo espaço social também existe um *campo de lutas*, onde objetiva-se a disputa sobre as regras do jogo. Isso ocorre porque existem posições independentes das disposições dos agentes que as ocupam e essas posições são estruturadas e rígidas tendo em vista uma determinada distribuição de *capitais* esperada dos agentes.

Ainda, segundo Bourdieu (2021, p. 244),

para descrever uma posição, podemos observar as propriedades das pessoas que a ocupam e apesar de ser possível conhecer a posição independentemente das pessoas que a ocupam, as melhores informações sobre a posição são fornecidas por uma análise estatística dos ocupantes da posição.

Os Institutos Federais (que compõem mais de 90% da RFEPT) foram constituídos para superação do mecanismo de formação de mão de obra voltado exclusivamente para o mercado de trabalho, pois objetivam a formação humana integral dos estudantes (Silva; Pacheco, 2022). Em síntese, o projeto político pedagógico dos Institutos Federais baseia-se (i) na concepção progressista de educação profissional e tecnológica voltado a um projeto nacional de educação que busca a edificação de um país soberano e democrático, (ii) na superação da dicotomia: universidade (para a classe dominante) e escola técnica (para a classe trabalhadora) e (iii) na ação territorial pautada na identificação de problemas e proposição de soluções socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis (Silva; Pacheco, 2022, p. 22).

A escola, como espaço de reprodução social, tem um papel efetivo no processo de dominação e legitimação de desigualdades sociais, pois é na escola que o legado econômico e social da família se transforma em *capital cultural*. A escola não é neutra, justa ou promove igualdade de oportunidades, pois a transmissão de determinados conhecimentos é desigual devido à reprodução da cultura da classe dominante. Logo, ao tratar com desigualdade direitos e deveres de diferentes agentes sociais, favorece a quem, por herança cultural, já é privilegiado.

Conforme Bourdieu e Passeron (2014, p. 246): “O sistema de ensino tende objetivamente a produzir, pela dissimulação da verdade objetiva de seu funcionamento, a justificação ideológica da ordem que ele reproduz por seu funcionamento.”

As classificações objetivas representadas por indicadores visam dar objetividade à realidade social. Porém, na prática do mundo social, os objetos classificados também são classificadores. No *campo de lutas* de classificação, o grupo dominante tenderá a impor sua própria percepção de si mesmo, desencadeando o processo de violência simbólica devido ao domínio nas relações intersubjetivas.

Não há uma neutralidade ética no *campo de lutas* de classificação, pois não existe a condição onde os agentes sociais estejam completamente ausentes em termos de intervenção. Portanto, evidencia-se a importância de uma teoria da prática, ou seja, analisar a classificação que o cientista (ou o *policy maker*) produz e as classificações que os agentes sociais empregam; visando-se uma convergência entre as classificações subjetiva e objetiva (Bourdieu, 2020).

Deer (2003) esclarece que o que chamamos de Educação Superior tem mudado ao longo da história e a análise dos conceitos estruturantes deste campo tem necessitado de esclarecimentos. Ainda segundo Deer (2003), Bourdieu acomodou a noção de que a estruturação do campo e as interações entre os campos não operam apenas nos agentes, mas também por meio dos agentes com base em uma dimensão histórica de emergência. Os agentes sociais tornam-se mais genuinamente determinantes, assim como determinados. A especificação das condições morfológicas da transformação do campo não adota a visão de que os sistemas educacionais refletem seu ambiente social particular, nem implica em determinismos mecânicos para as condições morfológicas. Numa perspectiva comparativa transnacional, as noções de *habitus* e de *campo* permite uma compreensão profunda da mudança social em contextos nacionais. Além disso, não exclui a possibilidade de uma dimensão crítica na análise, pois esclarece o modo como os agentes constroem a realidade social e entram em lutas e transações de acordo com sua localização dentro do tipo de interações de *campo* e *habitus* relacionados que buscam transformar ou preservar. Também consegue superar as acusações de determinismo e subjetivismo, que foram, ao longo do tempo, as duas principais críticas feitas ao entendimento de Bourdieu.

Segundo Naidoo (2004), embora Bourdieu não tenha se concentrado na crescente mercantilização de práticas e produtos universitários, seus conceitos teóricos permanecem válidos no contexto atual. Primeiro, a teoria social de Bourdieu baseia-se no conhecimento de que a autonomia relativa dos campos varia de um período para outro e de uma tradição nacional para outra. Em segundo lugar, sua percepção de que o campo da educação superior não é um produto de consenso, mas o produto de um conflito permanente também é importante, pois, em uma era em que tanto as forças acadêmicas quanto as econômicas exercem poderosos efeitos estruturantes nas universidades, o campo da Educação Superior provavelmente se tornará um espaço de lutas de poder sobre o capital legítimo necessário para alcançar o domínio. Naidoo (2004) ainda aponta que as universidades de elite são mais propensas a possuir os recursos financeiros e culturais para reestruturar ou redistribuir as forças de mercantilização a fim de relegitimar o capital acadêmico e, assim, proteger sua posição de domínio no campo. Por outro lado, as universidades subordinadas, que admitem alunos de origens desfavorecidas, têm maior probabilidade de serem fustigadas pelas forças do mercado. Assim, a teoria social de Bourdieu continua a desempenhar um papel importante na contribuição para a compreensão sociológica da medida em que a mercantilização tende a corroer ou exacerbar a equidade social.

Bathmaker (2015) argumenta que o futuro da Educação Superior ainda precisa envolver pensar com e além da teoria social de Bourdieu. O conceito de *campo* permite uma reflexão crítica sobre mudanças aparentemente progressivas para apoiar e incentivar estudantes que seguem percursos vocacionais e alternativos, mas que podem, no entanto, ser erroneamente reconhecidos como transformadores, quando na prática o seu valor pode não se transferir para outros campos. Este dilema pode ser explorado na distinção entre práticas afirmativas e práticas transformadoras. As práticas afirmativas buscam corrigir resultados desiguais de arranjos

sociais sem perturbar a estrutura subjacente que os gera. Em contraste, as práticas transformativas visam reestruturar a estrutura generativa subjacente, ou seja, visam mudar as condições de existência para todos.

Considerando-se a contextualização da literatura realizada, e a linha de pesquisa dos autores voltada ao campo da educação superior, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar a associação entre desempenho escolar e características socioeconômicas de estudantes dos cursos de graduação presenciais da RFEPCT, buscando-se compreender como a distribuição dos *capitais* dos estudantes é condicionada pelas forças externas da política neoliberal.

2 PROCESSOS METODOLÓGICOS/MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa tem uma abordagem quantitativa, com procedimentos documental e estatístico (Mattar; Ramos, 2021; Marconi; Lakatos, 2021). Considerando-se que Bourdieu e Passeron (2014) assumem que o trabalho (pedagógico) escolar corrobora na reprodução cultural das classes dominantes do *campo* e, por consequência, na reprodução social; parte-se da seguinte hipótese: (i) existe reprodução das desigualdades sociais na RFEPCT, assumindo-se o desempenho escolar dos estudantes como indicador de “êxito” e as características sociodemográficas (renda, raça/cor e sexo) como variáveis explicativas.

Cabe esclarecer que as variáveis dependentes e independentes escolhidas estão relacionadas com os dados secundários disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que é um “[...] ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica [...]” (Brasil, 2018). Atualmente, por meio da PNP é possível coletar dados de todas as instituições de ensino da RFEPCT sobre diversas categorias informativas: taxa de evasão, gasto corrente por matrícula, índice de verticalização etc. Cabe ressaltar que os dados apresentados – diga-se de passagem, em uma interface amigável – são fruto de um processo de coleta e validação realizado por matrícula e, após isso, agregados de acordo com as categorias de interesse para o cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

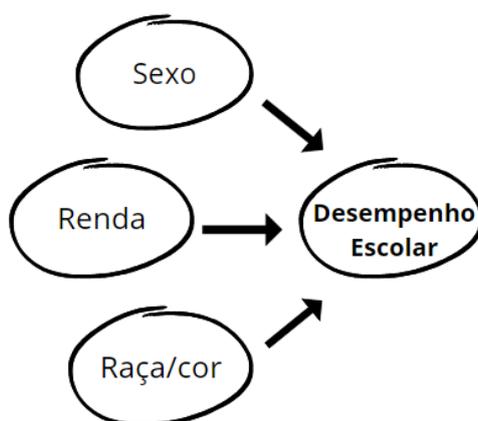
Bourdieu (1986) define três tipologias de *capital* principais: (i) *capital econômico*, que é imediato e diretamente conversível em dinheiro, podendo ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade; (ii) *capital cultural*, que é conversível, em certas condições, em *capital econômico* e pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais; e (iii) *capital social*, constituído por relações sociais, que é conversível, em certas condições, em *capital econômico* e pode ser institucionalizado na forma de título de nobreza.

Assim, assume-se que (i) renda é um indicador de *capital econômico*, (ii) desempenho escolar é um indicador de *capital cultural* em sua forma institucionalizada e (iii) raça/cor e sexo como indicadores de *capital social* dada as diferenças na rede de relações sociais supostamente existentes devido a fatores históricos, culturais e sociais.

Para investigação da hipótese foi realizada uma análise exploratória dos dados (Wickham; Grolemond, 2017) visando-se a produção de estatísticas descritivas e inferenciais que subsidiem as análises tecidas com base nos dados secundários utilizados.

O esquema idealizado na Figura 4 foi concebido a partir de evidências empíricas existentes na literatura científica que revelam tendências de associação positiva entre a renda de estudantes e o desempenho acadêmico (Barros *et al.*, 2001; Pianca *et al.*, 2019), tendências de discriminação racial na avaliação de estudantes (Botelho; Madeira; Rangel, 2015) e a existência de discriminação de gênero no mercado de trabalho (Loureiro, Carneiro, Sachsida, 2004). Ou seja, trata-se de elementos que estruturam a desigualdade social na sociedade e que podem estar em processo de reprodução na RFEPCT.

Figura 4 – Relações entre características sociodemográficas e desempenho escolar



Fonte: elaborado pelo autor.

Foram coletados os dados referentes ao quantitativo de estudantes evadidos e não evadidos nos cursos de graduação presenciais da RFEPCT, assim como:

- i. sua respectiva renda familiar per capita (RFP);
- ii. sua respectiva Raça/Cor; e
- iii. seu respectivo Sexo.

Também foram considerados apenas os anos de 2019 e 2020, pois RFP e Raça/Cor não estão contidos nos microdados de 2017 e 2018 da PNP. A partir disto, construiu-se uma amostra de estudantes para cada ano, visando-se propiciar comparações fidedignas entre elas, ao considerar-se apenas os estudantes com RFP, Raça/Cor e Sexo declarados. Na Tabela 1 apresentam-se as informações sobre a população (i. e., totalidade de estudantes do contexto) e a amostra (i. e., quantidade parcial de estudantes do contexto).

Tabela 1 – Quantitativo de estudantes da população e da amostra utilizada

	Ano	
	2019	2020
População (evadidos)	28.345	31.208
População (não evadidos)	23.102	28.501
Amostra (evadidos)	7.851	10.928
Amostra (não evadidos)	10.814	13.533

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da PNP.

A proporção de evadidos e não evadidos (i. e., em curso ou concluintes) na população é diferente da amostra, o que demonstra a importância da coleta dos dados de RFP e Raça/Cor de cada estudante no processo de matrícula. Essa diferença fragiliza o poder representativo da amostra.

Como existem diferenças entre o quantitativo de estudantes para os diferentes agrupamentos em cada característica socioeconômica, optou-se por calcular as probabilidades objetivas de evasão (i. e., probabilidades de passagem) em cada agrupamento e, a partir disso, realizar a análise da reprodução da desigualdade social a partir de testes de qui-quadrado de aderência visando-se investigar se existem diferenças estatisticamente significativas nas interações RFP e evadidos, sexo e evadidos e raça/cor e evadidos. Conforme Bourdieu e Passeron (2014, p. 187),

As desigualdades entre as classes são incomparavelmente mais fortes, em todos os países, quando as medimos pelas *probabilidades de passagem* (calculadas a partir da proporção de alunos que, em cada classe social, ascendem a um nível dado de ensino, com êxito anterior equivalente) [...].

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 5 apresenta-se a distribuição proporcional de evadidos em todos os agrupamentos de RFP, conforme classificação da PNP: (i) $RFP \leq 0,5$ salário mínimo, (ii) $0,5 < RFP \leq 1,0$ salário mínimo, (iii) $1,0 < RFP \leq 1,5$ salários mínimos, (iv) $1,5 < RFP \leq 2,5$ salários mínimos, (v) $2,5 < RFP \leq 3,5$ salários mínimos e (vi) $RFP > 3,5$ salários mínimos.

Considerando-se que a proporção de estudantes é diferente para cada faixa de RFP, procurou-se mensurar a proporção de evadidos para cada agrupamento de RFP. Assim, ao comparar estas proporções foi possível identificar se existem evidências de reprodução da desigualdade social.

Figura 5 – Propensão à evasão em cursos de graduação na RFEPC, por agrupamento de RFP (2019-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da PNP.

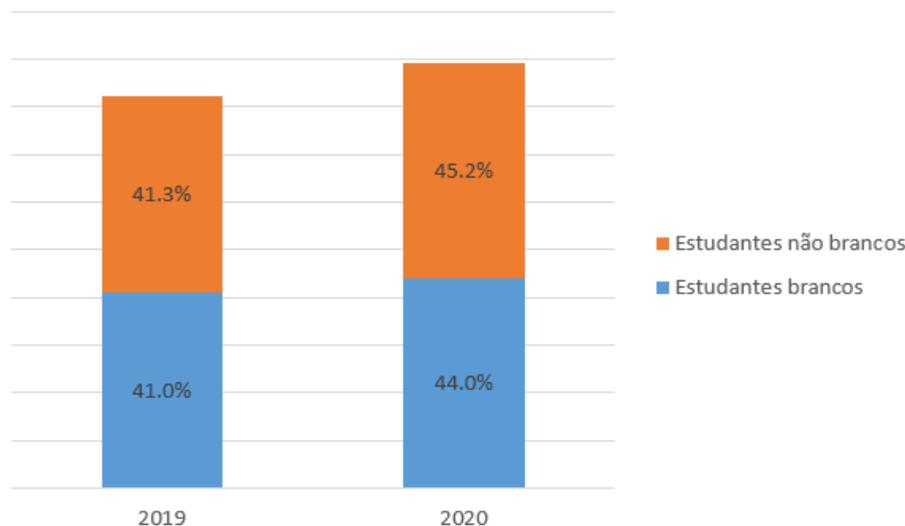
Os dados revelam que o grupo com menor renda ($RFP < 0,5$ salário mínimo) possui a menor taxa de evasão no ciclo (i. e., alunos que não concluíram o curso dentro do período previsto + 1 ano) em 2019 e a segunda menor em 2020.

Em 2019, a maior taxa de evasão no ciclo foi no agrupamento com $1,5 < RFP \leq 2,5$ salários mínimos. Enquanto, em 2020, ano de início da pandemia de COVID-19, a maior taxa de evasão no ciclo foi no agrupamento com $RFP > 3,5$ salários mínimos. É razoável inferir que o aumento nas taxas de evasão em 2020, para todos os agrupamentos de RFP, seja explicado pelos protocolos de isolamento social que foram necessários para conter a pandemia de COVID-19 e que culminou na adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Quanto à Raça/Cor, a distribuição proporcional de evadidos ocorreu em dois agrupamentos (brancos e não brancos). Para isso, a categoria “estudantes não brancos” compõe os estudantes amarelos, indígenas, pardos e pretos.

Na Figura 6 apresentam-se os dados consolidados a partir da limpeza e tratamento dos microdados da PNP.

Figura 6 – Propensão à evasão em cursos de graduação na RFEPCT, por agrupamento de Raça/Cor (2019-2020)



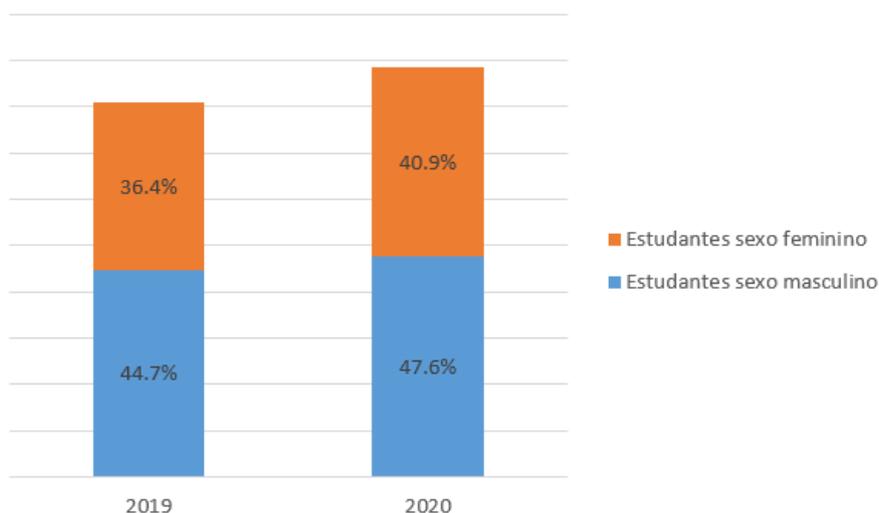
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da PNP.

Os dados mostram que o grupo dos estudantes não brancos possuem maiores taxas de evasão no ciclo (i. e., alunos que não concluíram o curso dentro do período previsto + 1 ano) quando comparado aos estudantes brancos. Assim como na RFP, pode-se inferir que o aumento nas taxas de evasão em 2020, para ambos os agrupamentos, seja explicado pelo ERE.

Em relação ao Sexo, a distribuição proporcional de evadidos também ocorreu em dois agrupamentos (i. e., masculino e feminino).

Na Figura 7 apresentam-se os dados consolidados a partir da limpeza e tratamento dos microdados da PNP.

Figura 7 – Propensão à evasão em cursos de graduação na RFEPCT, por agrupamento de Sexo (2017-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da PNP.

Os dados evidenciam que o grupo dos estudantes do sexo feminino possuem menores taxas de evasão no ciclo (i. e., alunos que não concluíram o curso dentro do período previsto + 1 ano) quando comparado aos estudantes do sexo masculino. Assim como na RFP e na Raça/Cor, pode-se inferir que o aumento nas taxas de evasão em 2020, para ambos os agrupamentos, seja explicado pelo ERE.

Complementando-se as estatísticas descritivas, e tendo em vista a não normalidade dos dados (i. e., Teste Kolmogorov-Smirnov com valor- $p < 0,05$), foram realizados testes de qui-quadrado de aderência com o objetivo de investigar se existem diferenças estatisticamente significativas nas interações RFP e evadidos, sexo e evadidos e raça/cor e evadidos para o ano de 2020 (ver Tabela 2). A coluna de “Resultado Esperado” foi estimada a partir do cálculo da proporção de estudantes em determinada categoria em relação ao total (evadidos + não evadidos) e da quantidade de estudantes evadidos.

Tabela 2 – Resultados para quantitativo de estudantes evadidos por agrupamento em 2020

RFP	Resultado Esperado	Resultado Observado	χ^2 (gl)
RFP $\leq 0,5$ salário mínimo	2798	2748	7,06 (5)
$0,5 < \text{RFP} \leq 1,0$ salário mínimo	2977	2973	
$1,0 < \text{RFP} \leq 1,5$ salário mínimo	2048	1998	
$1,5 < \text{RFP} \leq 2,5$ salários mínimos	1514	1539	
$2,5 < \text{RFP} \leq 3,5$ salários mínimos	733	758	
RFP $> 3,5$ salários mínimos	855	912	
Não brancos	5881	5955	2,04 (1)
Branco	5047	4973	
Feminino	4778	4371	61,61 (1)*
Masculino	6150	6557	

Nota: * $p < 0,05$; $\chi^2 = \text{qui-quadrado}$; gl = graus de liberdade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados demonstraram (i) não existir diferenças estatisticamente significativas entre RFP dos estudantes evadidos ($\chi^2 (5) = 7,06$, $p = 0,216$), (ii) não existir diferenças estatisticamente significativas entre raça/cor dos estudantes evadidos ($\chi^2 (1) = 2,04$, $p = 0,153$) e (iii) existir diferenças estatisticamente significativas entre sexo dos estudantes evadidos ($\chi^2 (1) = 61,61$, $p < 0,05$).

Esses achados se aproximam parcialmente dos resultados de Costa, Bispo e Pereira (2018), os quais, ao analisarem a evasão em um curso de Administração de uma universidade federal, identificaram que o sexo exerce influência significativa sobre o risco de evasão, enquanto raça/cor e origem escolar não apresentaram efeito estatisticamente significativo. Por outro lado, diferem das conclusões de Paula e Picanço (2024), que, a partir do pareamento entre dados do ENEM e do Censo do Ensino Superior, evidenciaram que tanto a origem socioeconômica quanto a raça/cor influenciam as chances de evasão no sistema como um todo, especialmente nos bacharelados e no setor privado. Essa divergência pode ser atribuída a diferenças no conceito de evasão adotado (curso/instituição versus sistema), ao recorte institucional (RFEPCT versus panorama nacional) e à composição setorial (pública versus público e privado), que afetam a direção e a magnitude dos efeitos observados.

5 CONCLUSÕES

Ao longo desta pesquisa procurou-se conceituar as relações entre o neoliberalismo e a desigualdade social para subsidiar teoricamente a investigação dos transbordamentos deste modelo econômico e político na Educação Superior brasileira.

Tendo em vista a função social do Projeto Político Pedagógico da RFEPCT (Silva; Pacheco, 2022), os resultados obtidos não apontaram evidência de reprodução das desigualdades sociais nos cursos de graduação presenciais (Figuras 5 e 7) quanto à RFP e Sexo, pois os agrupamentos com menor renda apresentaram menor propensão à evasão para os anos de 2019 e 2020, e os estudantes do sexo masculino apresentaram maior propensão à evasão quando comparados às estudantes do sexo feminino para o mesmo período. Por outro lado, os resultados sinalizaram a existência de reprodução de desigualdade social quanto à Raça/Cor (Figura 6), pois os estudantes não brancos (i. e., amarelos, indígenas, pardos e pretos) tiveram maior propensão à evasão do que estudantes brancos.

No entanto, como foram utilizados dados amostrais a partir da eliminação das informações “não declaradas”, existe a possibilidade dos resultados da estatística descritiva estarem associados ao erro amostral. Sendo assim, a partir dos resultados da Tabela 2, pode-se inferir que as diferenças na propensão à evasão entre as categorias existentes em RFP e Raça/Cor não são estatisticamente diferentes (i. e., não há evidência de reprodução da desigualdade social). Por outro lado, existe maior propensão à evasão (estatisticamente significativa) entre estudantes do sexo masculino quando comparado às estudantes do sexo feminino (i. e., sinalização de superação da reprodução da desigualdade social).

Como a PNP não apresenta indicadores relacionados à desigualdade social na RFEPCT, esta pesquisa pode colaborar no aperfeiçoamento do indicador de eficiência acadêmica presente na PNP, assim como seu respectivo uso na matriz orçamentária da RFEPCT (Oliveira *et al.*, 2022; CONIF, 2023).

Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de análises interseccionais que avaliem o efeito combinado das variáveis sociodemográficas (i. e., raça, sexo e renda) sobre a evasão nos cursos de graduação presenciais da RFEPCT.

AGRADECIMENTOS

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) pelo ambiente de aprendizagem proporcionado ao longo da minha jornada como doutorando.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. Between neoliberalism and neoconservatism: Education and conservatism in a global context. *In*: BURBULES, N. C.; TORRES, C. A. (Org.). *Globalization and education: Critical perspectives*. Londres: Routledge, 2000, p. 57-77.

ARRETCHE, M. *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. D.; QUINTAES, G. *DETERMINANTES DO DESEMPENHO EDUCACIONAL NO BRASIL*. Brasília: IPEA, 2001.

BATHMAKER, A. Thinking with Bourdieu: thinking after Bourdieu. Using ‘field’ to consider in/equalities in the changing field of English higher education. *Cambridge Journal of Education*, v. 45, n. 1, 2015.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2016.

BOTELHO, F.; MADEIRA, R. A.; RANGEL, M. A. Racial Discrimination in Grading: Evidence from Brazil. *American Economic Association*, v. 7, n. 4, p. 37-52, 2015.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport: Greenwood, 1986. p. 15-29.

BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. *Sociologia Geral: lutas de classificação*. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2020.

BOURDIEU, P. *Sociologia Geral: habitus e campo*. Petrópolis: Vozes, v. 2, 2021.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 23 junho. 2022.

BRASIL. Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018. Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1590412/do1-2018-01-04-portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408>. Acesso em: 18 julho. 2022.

CHOMSKY, N. *Profit over people: Neoliberalism and global order*. Nova York: Seven Stories Press, 1998.

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Metodologia da Matriz Orçamentária de Custeio 2023*. FORPLAN, 2023.

COSTA, F. J.; BISPO, M. S.; PEREIRA, R. C. F. Dropout and retention of undergraduate students in management: a study at a Brazilian Federal University. *RAUSP Management Journal*, v. 53, p. 74-85, 2018.

DEER, C. Bourdieu on Higher Education: The meaning of the growing integration of educational systems and self-reflective practice. *British Journal of Sociology of Education*, v. 24, n. 2, 2003.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

KANDIKO, C. B. Neoliberalism in Higher Education: A Comparative Approach. *International Journal of Arts and Sciences*, v. 3, n. 14, p. 153-175, 2010.

LOUREIRO, P. R. A.; CARNEIRO, F. G.; SACHSIDA, A. Race and gender discrimination in the labor market: an urban and rural sector analysis for Brazil. *Journal of Economic Studies*, v. 31, n. 2, p. 129-143, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2021.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. Metodologia da Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. São Paulo: Edições 70, 2021.

MCLAREN, P.; FARAHMANDPUR, R. The Globalization of Capitalism and the New Imperialism: Notes Towards a Revolutionary Critical Pedagogy. *Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, v. 23, n. 3, p. 271-315, 2001.

MÉSZÁROS, I. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

NAIDOO, R. Fields and institutional strategy: Bourdieu on the relationship between higher education, inequality and society. *British Journal of Sociology of Education*, v. 25, n. 4, 2004.

OLIVEIRA, J. L. C.; MORAIS NETO, H. J.; ALENCAR, J. C. C.; SILVA, J. R.; CONCEIÇÃO, L. A. MINEU, H. F. MATRIZ ORÇAMENTÁRIA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: UMA FERRAMENTA DE ANÁLISE ENTRE A RELAÇÃO ALUNO MATRICULADO VERSUS ALUNO CONTABILIZADO. *Revista FOCO*, v. 15, n. 6, 2022.

PAULA, G. B.; PIKANÇO, F. Desigualdades após o acesso: origem social e evasão do sistema de ensino superior. *Educação & Sociedade*, v. 45, 2024.

PIANCA, O. J. B.; BASSANI, S. M. M. S.; SANTOS, I. M.; TAYLOR, M. E. EFEITO DA RENDA FAMILIAR NO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO IFES CAMPUSLINHARES. *Revista Ifes Ciência*, v. 5, n. 2, 2019.

PIKETTY, T. Capital e Ideologia. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PONGRATZ, L. A. Voluntary Self-Control: Education reform as a governmental strategy. *Educational Philosophy and Theory*, v. 38, n. 4, p. 471-482, 2006.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Un ensayo sobre la depravación total. *Nuevo Neoliberalismo Académico y Capitalismo ‘por posesión*, *Revista Izquierda*, n. 14, p. 18-23, 2011.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Ocho tesis sobre el neoliberalismo (1973-2013). *In*: Ramírez, Hernán (org.). O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise. São Leopoldo: Oikos, p. 13-57, 2013.

RHOADS, R. A. Globalization and resistance in the United States and Mexico: The global Potemkin village. *Higher Education*, v. 45, n.2, p. 223-250, 2003.

SILVA, C. J. R.; PACHECO, E. M. A concepção do projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, 2022.

WICKHAM, H.; GROLEMUND, G. R for Data Science: Import, Tidy, Transform, Visualize, and Model Data. Califórnia: O'Reilly Media, 2017.

WORLD BANK. Educational change in Latin America and the Caribbean: La Educacion en America Latina y el Caribe. New York: World Bank, 1999.